

JOSÉ EDUARDO DE PINA SANGUEVE

**O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DE SANTA
CATARINA (1912-2001)**

Um olhar histórico a partir da sede do concelho/cidade de Assomada

LICENCIATURA EM ENSINO DE HISTÓRIA

INSTITUTO SUPERIOR DA EDUCAÇÃO

PRAIA, SETEMBRO DE 2005

JOSÉ EDUARDO DE PINA SANGUEVE

**O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DE SANTA
CATARINA (1912-2001)**

Um olhar histórico a partir da sede do concelho/cidade de Assomada

**Trabalho científico apresentado ao ISE para obtenção do grau de
Licenciatura em Ensino de HISTÓRIA sob orientação do Doutor Cláudio Alves
Furtado.**

O autor,

José Eduardo de P. Sanguve

O orientador,

Doutor Cláudio Alves Furtado

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

Trabalho Científico elaborado por: José Eduardo de Pina Sanguete

É aprovado pelos membros do júri. Foi homologado pelo Conselho Científico, com requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História.

O júri

Praia: ____/____/____

Dedicamos este trabalho a todos santa-catarinenses e, em particular, a todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuem para o desenvolvimento do referido Conselho, bem como agradecemos aqueles que nos ajudaram na elaboração do nosso trabalho.

Nossos sinceros agradecimentos

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	9
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE SANTA CATARINA.....	11
CAPÍTULO III – A EVOLUÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO AUTÁRTICO.....	18
3.1 - As Vicissitudes da mudança das sedes do Concelho e sua implicação no desenvolvimento de Santa Catarina.....	18
3.2 - A elevação de Assomada à categoria de Vila: suas implicações.....	20
3.3 - A elevação de Assomada de Vila à Cidade e suas implicações no desenvolvimento do Concelho: uma aproximação prospectiva.....	21
3.4 - A cidade de Assomada e sua implicação para o desenvolvimento do Concelho...	28
3.5 - As Formas de Governo.....	30
CAPÍTULO IV – DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO.....	36
4.1 - Acesso à terra: Formas e Regimes de Exploração.....	36
4.2 - A produção Agrícola e Silvo Pastoril.....	37
4.3 - O desenvolvimento da Pecuária.....	41
CAPÍTULO V – O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA.....	44
5.1 - Feiras e Mercados.....	44
5.2 - Mudança e Evolução das Feiras e Mercados.....	47
5.3 - Investimentos Públicos e Privados.....	49
5.4 – Contribuição no Contexto Nacional.....	53
CAPÍTULO VI – MIGRAÇÕES.....	55
6.1 - Causas.....	55
6.2 - Consequências.....	57
6.3 – Impacto no Desenvolvimento do Concelho.....	59
CONCLUSÃO.....	60
BIBLIOGRAFIAS.....	64
ANEXOS.....	66

INTRODUÇÃO

Como santa-catarinense ciente do desenrolar dos acontecimentos à volta do desenvolvimento do terceiro maior Concelho de Cabo Verde, com uma extensão de 274 km² e com uma população de 49.829 habitantes e evolução do mesmo ao longo dos tempos, achamos por bem fazer um trabalho cujo tema é «***O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DE SANTA CATARINA (1912-2001): Um olhar histórico a partir da sede do concelho/cidade de Assomada***»¹. Precisando melhor a temática de investigação, convém dizer que a óptica a partir da qual se pretende desenvolver o trabalho é a da construção, desenvolvimento e consolidação, primeiro da sede do concelho e, depois, da cidade de Assomada.

De igual modo, o desenvolvimento sócio-económico de Santa Catarina nos últimos anos tem despertado uma certa atenção por parte dos outros Concelhos vizinhos, na medida em que está desenvolvendo duma forma rápida em todos os sectores da vida social.

Contudo, é de salientar que tomamos como marco de referência da implantação da sede do concelho em Assomada a partir de 1912 até a elevação da mesma à categoria de cidade em 2001. Tal escolha deve-se, por um lado, ao facto da permanência da sede do concelho em Assomada significar uma visibilidade política e social podendo arregimentar vantagens económicas, dando maior centralidade ao Município no contexto regional e nacional como também a elevação da vila à categoria de cidade constitui um outro marco diferenciador do desenvolvimento, não apenas deste espaço urbano como, de todo o Concelho.

Com o presente trabalho pretendemos atingir os seguintes objectivos:

¹ O estudo foi concebido, iniciado e elaborado, na sua grande maioria, antes da criação do Município dos Picos, que coincide com a Freguesia de S. Salvador do Mundo.

Objectivos Gerais:

- Conhecer as determinantes históricas do desenvolvimento sócio-económico de Santa Catarina;
- Analisar os aspectos mais salientes do referido desenvolvimento.

Objectivos Específicos:

- Caracterizar a evolução do Concelho de Santa Catarina;
- Identificar os sectores que mais contribuíram para o desenvolvimento de Santa Catarina;
- Analisar os factores determinantes das diversas fases e etapas do desenvolvimento sócio-económico do Concelho.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, estruturados da seguinte forma:

O primeiro realça a fundamentação teórica e metodológica utilizada ao longo do nosso estudo.

O segundo trata-se da questão do enquadramento histórico-geográfico do concelho de Santa Catarina.

O terceiro aborda questões relacionadas com a elevação de Assomada à vila, passando pela elevação da mesma à categoria de cidade, bem como as formas de governo implantadas para melhor administração do concelho.

O quarto está relacionado com o desenvolvimento sócio-económico sobretudo nos aspectos relacionados com as formas e regimes de exploração da terra, a produção agrícola e o desenvolvimento da pecuária.

O quinto tem a ver com o comércio e a indústria, abordando assim questões relacionadas com as feiras e mercados, mudanças e evolução das mesmas, investimentos públicos e privados e sua contribuição no contexto nacional.

No sexto, debruça-se sobre as migrações, tendo em conta as causas, consequências bem como o impacto das migrações no desenvolvimento do concelho.

Estamos cientes que não é possível transmitir certezas absolutas, pelo que aceitamos sugestões construtivas de forma a melhorar eventual trabalho sobre o mesmo tema e estaremos abertos a qualquer discussão que este vier a suscitar.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Sendo Santa Catarina um Concelho extenso e que tem conhecido um desenvolvimento socio-económico não negligenciado, não obstante os problemas de ordem estrutural, como a debilidade do tecido económico, das infra-estruturas económicas e sociais de base e a pobreza, achamos pertinente levantar a seguinte pergunta de partida:

Quais foram, nos últimos oitenta anos, os factores centrais determinantes do desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina?

Sem dúvida alguma que vários factores contribuíram para o desenvolvimento do Concelho. Contudo, havendo a necessidade, do ponto de vista metodológico, de circunscrever o nosso objecto de estudo, preferimos relevar alguns desses factores, nomeadamente o investimento da emigração, a agricultura, a criação de gado e o comércio.

Ao longo do nosso estudo vamos tentar mostrar que, para além dos aspectos acima mencionados, contribuíram para o desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina, de entre outros, o melhoramento das infra-estruturas económicas, sociais e culturais, o aumento do nível de escolarização da população e os investimentos públicos e privados.

Santa Rita Vieira na sua obra sobre a Vila de Assomada assinala que: “Se antes da criação do Concelho de Santa Catarina, o interior da ilha de Santiago já tinha começado a desenvolver-se sob ponto de vista agrícola, depois o progresso foi mais notório”².

² VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. **A VILA DE ASSOMADA**. editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina. 1993. p. 20.

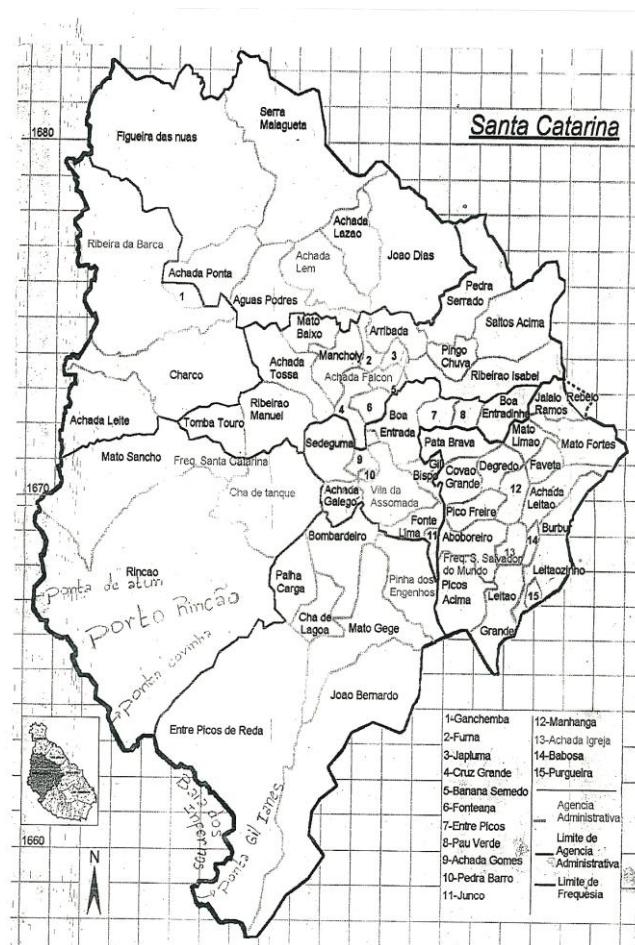
Partindo da ideia do autor acima mencionado, pode-se, numa perspectiva histórica, fazer uma reconstrução do desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina no sentido de se poder apreender e tipificar fases e etapas por que se passou este desenvolvimento e as implicações dele resultante no tecido sócio-económico e demográfico. Se é verdade que Santa Catarina foi e ainda é um Concelho em que a agricultura constitui um meio de subsistência de grande número da população, também é um importante entreposto comercial do interior da ilha com maior expressão às quartas-feiras e sábados que são os dias de feira no Concelho, atraindo pessoas de toda a ilha de Santiago.

Do ponto de vista teórico, pretendemos alicerçar a análise na tradição da historiografia económica, nomeadamente a formulada por Vitorino Magalhães Godinho, permitindo captar e surpreender as diferentes causalidades históricas explicativas da dinâmica transformacional de uma sociedade ou de espaço social, no quadro de uma perspectiva histórica, por conseguinte, diacrónica.

De igual modo, trilharemos a mesma busca de capacidade interpretativa tal como formula António Correia e Silva (2004) segundo o qual é necessário, no contexto da história de Cabo Verde, recorreremos, por um lado, a uma perspectiva multidisciplinar de análise e, por outro, procurando uma imaginação histórica capaz de nos permitir apreender as determinantes e condicionantes da nossa história.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE SANTA CATARINA

O concelho de Santa Catarina, situado na parte central da ilha de Santiago, a uma altitude de 600 metros, estende-se desde a escarpa de Serra Malagueta ao Norte, até aos contrafortes do Pico de Antónia ao Sul, a Este nas confluências das Ribeiras de Mato Forte onde faz fronteira com o concelho de Santa Cruz, a Oeste toda a parte litoral desde da ponta de Gil Eanes até o litoral de Figueiras das Naus.



Fonte: Santa Catarina, Diagnóstico da situação sócio-económica, Junho 2000.

Sendo um dos maiores concelhos de Cabo Verde, “em termos de extensão, com 274 Km²”³ possui importantes bacias hidrográficas designadamente dos Engenhos/Sedeguma, dos Picos e de Boa Entrada, assim como as duas cadeias montanhosas: Serra Malagueta e Pico de Antónia, sendo esta última, a de maior altitude da ilha. Apesar da sua reputação de concelho montanhoso, possui também um belo litoral, o segundo mais extenso de Santiago, onde se podem encontrar duas importantes comunidades piscatórias, de Rincão e Ribeira da Barca.

A dimensão geográfica do Concelho, bem como a sua sede, tiveram vicissitudes várias ligadas a interesses vários, seja dos administradores coloniais seja dos terratenentes dos diversos espaços e freguesias que ora iam integrando ora se separando do Concelho de Santa Catarina. Contudo, já a relativa consolidação do Município e de forma particular, a sua sede, viria a acontecer a partir de 1912.

A iniciativa de Manuel António Martins na transferência não oficial durante o período colonial da sede do Concelho de Ribeira Grande (hoje, Cidade Velha) para a incipiente povoação dos Picos (Achada Igreja), na freguesia de São Salvador do Mundo, está na origem do Concelho de Santa Catarina.

De referir que Manuel Martins, “foi nomeado Prefeito da Província de Cabo Verde em 17 de Dezembro de 1833”⁴, e é fundador, se assim se pode dizer, de diversas povoações importantes no arquipélago. Nessa situação, um dia após a tomada de posse, a 14 de Fevereiro de 1834, “ainda que não tivesse havido, nessa altura, um diploma régio para sancionar a transferência”⁵ de Martins, teve a iniciativa de transferir a sede do Concelho de Ribeira Grande para a incipiente povoação dos Picos, o que “foi uma medida de grande alcance para o desenvolvimento do interior da ilha de Santiago como, de várias outras, em todo o País que caracterizaram o espírito empreendedor deste controverso personagem,”⁶ e que contribuiu ainda para o desenvolvimento de infra-

³ Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina 2001-2006.

⁴ Cf. Decreto-Lei de 17 de Dezembro de 1833.

⁵ Vieira, Henrique Lubrano de Santa Rita, *A VILA DE ASSOMADA*, editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina, 1993, p. 14.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 14.

estruturas que na altura eram necessárias para a instalação e implantação de organizações administrativas, designadamente nos Picos.

Para além da freguesia de São Salvador de Mundo, que pode ser considerada pioneira na origem do concelho de Santa Catarina, este viria a contar com mais quatro freguesias: Santa Catarina, São Miguel Arcanjo, Santo Amaro Abade e São João Baptista.

Essa medida teve grande impacto no desenvolvimento do interior de Santiago devido às potencialidades agro-pecuárias da área constituinte do concelho recém-criado, (concelho de Santa Catarina), que, da reforma administrativa de 1892, nos é apresentado como um concelho de Primeira Classe tendo apenas três freguesias: Santa Catarina, Santo Amaro Abade e São Miguel Arcanjo, visto que as freguesias de São Salvador do Mundo e São João Baptista foram transferidas para o Concelho da Praia, pois o seu número de habitantes era inferior ao de Santa Catarina, mesmo com a inclusão dessas duas freguesias.

Até a afirmação de Santa Catarina, como concelho e de Assomada como sede do Concelho, vários outros Concelhos foram criados bem como freguesias em toda a ilha de Santiago.

O último Concelho a ser criado antes da independência através da -lei °108/71 de 29 de Maio de 1971, foi Concelho de Santa Cruz, contando, a partir desta data, a Ilha de Santiago com quatro concelhos.

O Concelho de Santa Catarina vai ter a sua primeira sede na povoação dos Picos, tudo levando a crer que a respectiva sede se localizava em Achada Igreja, na medida em que ali se encontra a Igreja Matriz mandada construir pelo bispo D. Frei Vitoriano, Portuense, também fundador da freguesia⁷.

A Tendo em conta inexistência de infra-estruturas que poderiam permitir a instalação numa casa própria da Câmara Municipal e outras instituições de carácter

⁷ Cf. Vieira, Henrique Lubrano de Santa Rita, op.cit.

administrativo e de gestão, não inviabilizou, contudo, a instalação da Comissão Municipal, pois as casas dos Presidentes da Câmara e dos Administradores do concelho funcionaram como Paços do concelho. Como afirma Santa Rita Vieira “*As reuniões da câmara faziam-se na casa dos presidentes que serviam como Paços do Concelho.*”⁸

Neste âmbito, destacam-se a Casa Grande nos Picos (1845) e da Ribeira da Barca (1845).

Nos anos de 1851 a 1857, foi transferida a sede do Concelho da incipiente povoação dos Picos para Achada Falcão, no sítio de Cruz Grande onde ainda se encontra a Igreja Matriz do Concelho.

Nos anos que se seguiram, fizeram-se diligências para tornar Achada Falcão sede do Concelho e, neste sentido, foram expropriados terrenos para a edificação de edifícios públicos, pois os rendimentos da Câmara permitiam tais despesas.

E é neste âmbito que no dia 18 de Janeiro de 1861, foi lançada a primeira pedra para a construção do edifício da Casa da Câmara Municipal em Achada Falcão. Contudo, no quadro da grande mobilidade das sedes do concelho, numa acta da reunião da Câmara de 19 de Julho de 1859 na localidade de Carreira, fez-se a proposta para a transferência da sede do concelho de Santa Catarina para a povoação de Mangue de Tarrafal.

A povoação de Mangue de Tarrafal tinha a seu favor um porto de mar aberto, uma magnífica baía, que tinha servido em tempos como porto exportador de Urzela. Efectivamente, mais tarde, através de um decreto-lei de D. Luís I de 29 de Março de 1865, fez-se de Mangue de Tarrafal, sede do concelho de Santa Catarina, tendo-se reunido ali na primeira sessão da Câmara em 10 de Maio de 1869.

Sendo assim, o projecto “ (...) para a edificação da sede do Concelho em Achada Falcão, no sítio da Cruz Grande”⁹ nunca chegou a concretizar-se, mas isto não quer dizer que não se esforçou para a realização do projecto, pois foram expropriados

⁸Vieira, Henrique Lubrano de Santa Rita. op.cit. p.26.

⁹ *Idem, Ibidem*, p. 21.

terrenos e encomendados os materiais para a edificação de condignos edifícios públicos. Ainda a 13 de Junho de 1869 em anúncio que a Câmara fez público a 31 de Maio no Boletim Oficial nº23 / 1869 faria ir à praça os materiais pertencentes à mesma para a edificação de prédios urbanos em Achada Falcão.

Embora se tenha esforçado na altura para que a sede do Concelho permanecesse em Achada Falcão, em 1869 com a construção do edifício do Paços do concelho no Tarrafal, efectivou-se, assim, a instalação da sede do concelho de Santa Catarina em Mangue do Tarrafal.

A coabitação da freguesia de Santo Amaro Abade com as freguesias de São Salvador do Mundo e de Santa Catarina num só Concelho foi uma realidade, uma vez que com a transferência não oficial da sede do Concelho de Santa Catarina de Cidade Velha para Picos São Salvador do Mundo, pela iniciativa de Manuel António Martins, sendo Picos como a primeira sede Administrativa do Concelho, desde de 1834 a 1869, ou seja, após 35 anos “a sede esteve um tanto ou quanto itinerante, isto é, ora nos Picos, ora em Tarrafal, ora em Ribeira da Barca e ora em Flamengos – São Miguel”¹⁰.

Embora a citação acima nos dá a ideia de mudanças sucessivas da sede do Concelho, o certo é que de 1869 até 1912 ela permaneceu em Mangue do Tarrafal.

Passados 43 anos em que a sede do concelho de Santa Catarina se encontrava em Mangue do Tarrafal, na Freguesia de Santo Amaro Abade, ela regressa de novo à freguesia de Santa Catarina, “visto o que dispõe a organização administrativa da província, designado para sede do Concelho de Santa Catarina a freguesia do mesmo nome;”¹¹ De facto, a Portaria nº 146 de 4/5/1912 transfere a sede do concelho de Santa Catarina para a povoação de Assomada, na freguesia do mesmo nome.

Foi Simões Soares quem teve a iniciativa de transferir a sede do concelho de Santa Catarina, junto do Governador de então Joaquim Pedro Vieira Judice Bicker.

¹⁰ GOMES, José Tavares. **Tarrafal A História* A Terra* As Gentes «O melhor dos melhores lugares da melhor ilha»**. Tarrafal, Secretariado Administrativo do Tarrafal. 1989.

¹¹ Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde de 4 de Maio de 1912. Nº 18 pág. 162.

A portaria de Judice Bicker que transferiu a sede do concelho para a povoação de Assomada, ficou à espera que se resolvesse o problema da instalação dos serviços administrativos e concelhios do Estado e Municipais.

Sendo assim, foram provisoriamente instalados os respectivos serviços numa casa alugada em Nhagar pertencentes a Nochenco Barbosa Vicente (administração do concelho e serviços municipais).

Os que estavam a favor da permanência da sede no Tarrafal tinham como razões justificativas a existência de instalações e demais edifícios destinados aos serviços públicos. Mesmo assim, a Vila de Assomada desde 1912 assumiu a sede do concelho de Santa Catarina, passando a contar desde então com os serviços administrativos e não só, tinha, a seu favor, algumas vantagens em relação a Tarrafal como, boas estradas que facilitavam a comunicação com a Praia (capital da província), da qual dista 40 quilómetros e servido por uma boa estrada que passa por regiões importantes como Picos, Órgãos e São Domingos e, como porto, podia contar com a de Ribeira da Barca a 16 quilómetros, onde fundeavam embarcações de pequeno e grande calado, sendo também o porto da escala da empresa nacional de navegação que fazia a carreira Lisboa- Guiné-Cabo Verde.

No entanto, nos anos que se seguiram, até Assomada se tornar definitivamente sede do concelho, houve muitas quezílias entre as comissões municipais de Santa Catarina e Tarrafal.

Assomada é hoje conhecida pelas suas famosas feiras realizadas todas as quartas-feiras e sábados que trazem à cidade vendedores de todos os cantos do concelho, da ilha e do país, tornando-a numa das regiões mais importantes em termos económicos devido à sua potencialidade agrícola, pecuária, piscatória e, sobretudo, a sua situação geográfica, servindo como elo de ligação entre os diferentes concelhos do interior norte e centro da ilha de Santiago.

Tendo em conta o crescente desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina e em particular de Assomada, a 13 de Maio de 2001, esta foi elevada à categoria de Cidade, tornando-se a primeira cidade de Cabo Verde do pós-independência.

CAPÍTULO III – EVOLUÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO AUTÁRQUICO

3.1. As Vicissitudes da Mudança das Sedes do Concelho e sua Implicação no Desenvolvimento de Santa Catarina

Até 1912, a sede do concelho de Santa Catarina permaneceu no Tarrafal, situado no Norte da ilha de Santiago, ocupando quase todo o seu cone superior.

A coabitação da freguesia de Santo Amaro Abade com as freguesias de São Salvador do Mundo e de Santa Catarina num só Concelho foi uma realidade, uma vez que com a transferência não oficial da sede do Concelho de Santa Catarina de Cidade Velha para Picos São Salvador do Mundo em 1834, pela iniciativa de Manuel António Martins, sendo Picos como a primeira sede Administrativa do Concelho, desde de 1834 a 1869, ou seja, após 35 anos “a sede esteve um tanto ou quanto itinerante, isto é, ora nos Picos, ora em Tarrafal, ora em Ribeira da Barca e ora em Flamengos”¹²

Embora a citação acima nos dá a ideia de mudanças sucessivas da sede do Concelho, o certo é que de 1869 até 1912 ela permaneceu em Mangue do Tarrafal.

¹² GOMES, José Tavares. **Tarrafal A História* A Terra* As Gentes «O melhor dos melhores lugares da melhor ilha»**. Tarrafal, Secretariado Administrativo do Tarrafal. 1989. p. 5.

Passados 43 anos em que a sede do concelho de Santa Catarina se encontrava no Mague do Tarrafal, na freguesia de Santo Amaro Abade, ela regressa de novo à freguesia de Santa Catarina, “visto o que dispõe a organização administrativa da província, designado para sede do Concelho de Santa Catarina a freguesia do mesmo nome; ...”¹³ pois, a portaria nº 146 de 4/5/1912 transfere a sede do concelho de Santa Catarina para a povoação de Assomada, na freguesia do mesmo nome.

A portaria de Júdice Bicker, que transferiu a sede do concelho para a povoação de Assomada, ficou à espera que se resolvesse o problema da instalação dos serviços administrativos e concelhios do Estado e Municipais.

Sendo assim, foram provisoriamente instalados os respectivos serviços numa casa alugada em Nhagar pertencentes a Nochenco Barbosa Vicente (administração do concelho e serviços municipais).

Os que estavam a favor da permanência da sede no Tarrafal tinham como razões justificativas a existência de instalações e edifícios aí existentes.

Mesmo assim, a Vila de Assomada desde 1912 assumiu a sede do concelho de Santa Catarina passando a contar desde então com os serviços administrativos e não só. Ela tinha a seu favor algumas vantagens em relação a Tarrafal como: boas estradas que facilitavam a comunicação com a Praia (capital da província), da qual dista 40 quilómetros e servido por uma boa estrada que passa por regiões importantes como Picos, Órgãos e São Domingos e, como porto, podia contar com a de Ribeira da Barca a 16 quilómetros, onde fundeavam embarcações de pequeno e grande calado, sendo também o porto da escala da empresa nacional de navegação que fazia a carreira Lisboa – Guiné -Cabo Verde.

Contudo, embora deparemos com faltas de documentos que nos pudesse ajudar melhor a analisar as implicações provenientes das sucessivas mudanças da sede do Concelho, podemos concluir que não deixa de ser uma das possibilidades que a existência de infra-estruturas, nomeadamente as estradas que ligam Santa Catarina as

¹³Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde. nº 18 de 4 de Maio de 1912. p. 162.

diversas localidades que antes fora sede do Concelho poderá ser enquadrada no contexto das várias mudanças verificadas até a afirmação de Assomada como sede do Concelho em 1912.

3.2. A Elevação de Assomada à Categoria de Vila: Suas Implicações

Não estamos em condições de avançar a data precisa da ascensão da povoação de Assomada à categoria de vila. No entanto, supõe-se que ela tenha ocorrido já há vários anos e tal facto aconteceu certamente após a afirmação de Assomada como sede do concelho de Santa Catarina em 1912, categoria esta adquirida através da portaria nº146 de 4 de Maio do mesmo ano, que englobava as freguesias de Santa Catarina, São João Baptista, São Salvador do Mundo, São Miguel e Santo Amaro Abade., Sendo assim, devemos ter também em conta que anteriormente fora sede do concelho Picos, Tarrafal e perspectivava-se ainda Achada Falcão.

Embora tenhamos tido dificuldades em encontrar referências bibliográficas e/ou documento que nos permitissem abordar com profundidade a nossa análise sobre a elevação de Assomada a categoria de vila, mesmo depois de muita procura sobretudo no Arquivo Histórico Nacional bem como na Câmara Municipal, não poderíamos deixar de dar o nosso ponto de vista.

É, neste âmbito, que na nossa óptica, na base da elevação de Assomada à categoria de vila vários são os justificativos tanto de carácter histórico que tem a ver com a transferência da sede do concelho da Ribeira Grande (actual Cidade Velha) para Picos até a afirmação da sede do concelho em Assomada depois de passar por Picos, Achada Falcão e Tarrafal. De igual modo, podemos ainda perspectivar pressupostos de carácter económico na medida em que Assomada desempenha um papel importante nos domínios da agricultura/criação de gado e comércio, fazendo dela principalmente nos

dias de feiras e mercados o principal ponto de encontro dos comerciantes do todo o concelho.

Pode-se ainda avançar razões de ordem administrativo-legal. De facto, a escolha de um povoado para sede do Concelho implica que, no mínimo, passe a ter o estatuto de uma Vila.

A ascensão de Assomada à categoria de vila, não descarta a ideia de que a referida medida foi importante, uma vez que rapidamente tornou-a no coração do concelho e em certas épocas o seu rápido crescimento fez dela a área urbana mais populosa do país, na medida em que desde sua fundação, Assomada conheceu um desenvolvimento constante, particularmente no domínio agrícola e comercial.

3.3. A Elevação de Assomada de Vila à Cidade e suas Implicações no Desenvolvimento do Concelho: Uma Aproximação Prospectiva

Para o desenrolar do presente sub-capítulo devemos ter em conta que ao referirmos sobre a cidade, esta poderá ser considerada como tal quando se estiver perante um “aglomerado populacional de importância superior à de Vila, com determinadas infra-estruturas necessárias a essa condição, e no qual a maior parte dos habitantes se dedica ao comércio, à indústria, ou aos serviços”.¹⁴ É nesta óptica que se pode considerar que a cidade de Assomada caracteriza-se como sendo núcleo populacional significativo quando comparada com outros aglomerados urbanos caboverdianos, cujas actividades económicas mais importantes inscrevem-se nos sectores secundário e terciário e vivendo num espaço territorial minimamente urbanizado.

As cidades tiveram origens diversas, desenvolvendo-se ao redor de fortificações ou mosteiros, de locais de carácter religioso ou comercial (feiras), junto a nós vitais de

¹⁴ Academia das Ciências de Lisboa. **DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA**. Lisboa. Editorial Verbo. 2001. p. 812.

comunicações, de universidades ou de centros fabris. Na antiguidade, a cidade ou núcleo urbano, em oposição ao campo, constituiu o embrião cultural e político por excelência das grandes civilizações, em especial da greco-romana...”¹⁵.

Relativamente a Santa Catarina, graças à prática da agricultura e pecuária, com o surgimento da propriedade privada e sobretudo com a divisão do trabalho, o homem acabou por se fixar onde havia um clima favorável à prática agrícola, com um solo rico e com potencial aquífero. A partir daí, desenvolveram-se aldeias e aglomerados populacionais agrícolas, piscatórias e/ou industriais, onde, a pouco a pouco, os níveis de organização, de infra-estruturas, do comércio, da indústria, das actividades financeiras e culturais se iam desenvolvendo, até a consecução do reconhecimento legal do estatuto de cidade em 13 de Maio de 2001.

Com efeito, quando uma comunidade se transforma profundamente, desenvolvendo relações comerciais intensas, intra-concelho e inter-concelhos e também com outras comunidades, progride em conhecimentos técnicos e do contacto com outras culturas, cria a convicção de que cada comunidade, cada concelho, cada povo tem os seus valores e sua interpretação da realidade e do mundo e de que, assim, as relações humanas devem ser reflectidas em bases racionais. Portanto, o desenvolvimento das relações comerciais com outros concelhos, o desenvolvimento de relações culturais, industriais e financeiras, a progressão em conhecimentos técnicos, o que pressupõe libertar-se das antigas tradições das sociedades camponesas subordinadas a autocracia agrícolas, constituem elementos caracterizadores do processo, quiçá lento, mas progressivo da vila de Assomada até a sua elevação à categoria de cidade.

Não encontramos nenhuma outra referência jurídica na legislação cabo-verdiana que contivesse a ideia clara de cidade que não seja o Decreto-lei nº 93/82, de 6 de Novembro, que dispõe no seu artigo 4º, nº 3 o seguinte “ a categoria de cidade só poderá ser conferida às vilas com significativo desenvolvimento industrial ou comercial, servidas de vias de comunicação e dotadas de instalações urbanas de água e electricidade”.

Na base da elevação da Vila de Assomada à categoria de Cidade podemos considerar que foram apresentados como argumentos **pressupostos de natureza histórica**, na medida em que temos que ter em conta que, através da portaria nº 146 de 4 de Maio, o governador Júdice Bicker afirmara que (...) “Assomada é sede do concelho de Santa Catarina (...)”¹⁶, que englobava as freguesias de Santa Catarina, São João Baptista, São Salvador do Mundo, São Miguel e Santo Amaro Abade, sendo assim, devemos ter também em conta que a sede do concelho fora sucessivamente Picos, Tarrafal e perspectivava-se ainda Achada Falcão.

Isto quer dizer que Assomada em termos históricos até a sua elevação à categoria de cidade já fora sede do Concelho durante algum tempo e que, em determinados momentos, estendeu o seu controle às freguesias de São João Baptista, São Salvador do Mundo, São Miguel e Santo Amaro de Abade.

A iniciativa de Manuel António Martins em transferir a sede do concelho da Cidade de Ribeira Grande (actual Cidade Velha), para a incipiente povoação dos Picos, na freguesia de São Salvador do Mundo, em 14 de Fevereiro de 1834, deu origem assim ao concelho de Santa Catarina que se desenvolveu em todos os domínios da vida social nomeadamente o aumento da população, saneamento básico, habitação, melhoramento das vias de acesso para as mais diversas zonas e localidades que constituem o Concelho de Santa Catarina entre outros.

No ano de 2001, 167 anos após a fundação de um importante concelho da ilha de Santiago de Cabo Verde e 89 anos após a elevação de Assomada à categoria de sede do concelho, o Governo do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) propõe a elevação de Assomada à categoria de Cidade, a qual constituía uma aspiração das suas gentes, principalmente da sua juventude, já sentida e expressa na Assembleia Nacional por duas vezes, sendo a última em Junho de 1999.

As revoltas dos escravos que se fizeram sentir em todo o país, entre os quais destacaremos a revolta dos Engenhos de 1822, a revolta da Fontana de 1835, a revolta de Ribeirão Manuel de 1910, a petição dirigida ao Senhor Governador da Colónia em

¹⁶ Nº 7 «B.O» da República de Cabo Verde. I série. Decreto-Lei nº 7/2001 de 26 de Março. p. 77.

1946 por onze ilustres filhos do concelho, a petição dirigida ao Ministro do Ultramar por cidadãos do referido concelho em 1962, a luta dos estudantes no verão de 1970 para que se instalasse um Ciclo Preparatório na Vila de Assomada, a adesão de jovens estudantes e de vários emigrantes e camponeses à causa da luta de libertação nacional, são sinais do espírito de entrega das mulheres e dos homens de Santa Catarina às causas nobres da luta pela liberdade, pela democracia e pela dignidade humana, o que foi, desde sempre e continua a ser, a divisa dos santa-catarinenses.

Os **pressupostos de carácter económico** aduzidos para a elevação da vila a cidade são de capital importância uma vez que Assomada desde a sua fundação conheceu um desenvolvimento constante, particularmente no domínio agrícola e comercial em que o Mercado Municipal, “ (inaugurado em 1931) ”¹⁷, um dos principais centros comerciais da ilha de Santiago, construído para dar vazão à dinâmica agrícola e comercial, sempre teve e continua a ter um papel de extrema importância. Sendo assim, Assomada é um importante pólo comercial de produtos agro-pecuários, com rede de estabelecimentos comerciais bastante vasta e diversificada no qual operam centenas de comerciantes retalhistas e mais de duas dezenas de importadores.

Tomando como referência alguns anos após a independência de Cabo Verde (5 de Julho de 1975), Assomada conheceu um significativo desenvolvimento, embora distante das aspirações das suas gentes. Foram edificados pelo Estado “o Liceu de Santa Catarina, a Agência do Banco Comercial do Atlântico (BCA), a sede concelhia dos Correios de Cabo Verde, um moderno centro de telecomunicações, o Hospital Regional, o Centro Cultural (Museu da Tabanca), a Escola Técnica, o Lar de Estudantes e várias estradas de penetração que ligam Assomada aos principais centros populacionais e urbanos do Concelho e da ilha”¹⁸.

Funcionam ainda em Assomada, “o Tribunal de Comarca de Santa Catarina, com dois juízes e todos os serviços descentralizados do Estado. Encontra-se em fase de construção ou de negociação importantes infra-estruturas como o novo Hospital

¹⁷ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. **A VILA DE ASSOMADA**. editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina. 1993. p. 34.

¹⁸ Boletim Oficial da República de Cabo Verde. I Série. Nº 7. 26 de Março de 2001. p. 78.

Regional de Santiago Norte, o Plano Sanitário e o Programa de Electrificação”o novo Mercado Municipal o matadouro Municipal entre outras.¹⁹

Em Assomada estão sedeados importantes equipamentos colectivos privados das mais diversas áreas entre os quais: capelas, jardins-de-infância públicos e privados, farmácias, três agencias bancárias (CECV, BCA e Banco Cabo-Verdiano de Negócios), residenciais, restaurantes, cafés e bares, discotecas, campo de futebol, escolas secundárias públicas e privadas, minimercados, várias colectividades no âmbito dos sectores desportivo, cultural e recreativo, o que nesta óptica propicia uma boa qualidade de vida. “ A elevação da Assomada da Vila à categoria de Cidade deve ser entendida, neste contexto, como um passo decisivo, um elemento indutor do desenvolvimento do Concelho e do interior de Santiago e um estímulo à atracção de investimentos nos sectores hoteleiros e turísticos que são áreas ainda incipientes no Concelho.”²⁰

Sendo assim, podemos notar que a elevação da Assomada à categoria de Cidade além duma medida política, se acompanhada de outras medidas também políticas, constitui um estímulo à atracção de investimentos para o desenvolvimento de pequenas indústrias agro-alimentares, bem como à atracção de quadros tão necessários para a dinâmica de desenvolvimento que se quer implementar: como a modernização das vias de penetração e acesso às outras localidades do concelho, melhoramento do aprovisionamento e distribuição de água e energia, construção dos cais de pesca de Ribeira da Barca e de Rincão e a criação de infra-estruturas com os investimentos para Santa Catarina.

Partindo do que está exposto no nº 3 do artigo 4º do decreto-lei nº93/82, de 6 de Novembro, que “preceitua que a categoria de cidade só poderá ser conferida a vilas com significativo desenvolvimento industrial ou comercial, servidas de vias de comunicação e dotadas de instalações urbanas de água e electricidade.”²¹, Pode-se notar que o concelho de Santa Catarina tem um potencial de desenvolvimento que justifica e fundamenta a elevação de Assomada à categoria de Cidade.

¹⁹ Boletim Oficial da República de Cabo Verde. I Série. Nº 7. 26 de Março de 2001. p. 78.

²⁰ Boletim Oficial da República de Cabo Verde. I Série. Nº 7. 26 de Março de 2001. p. 78.

²¹ Decreto-lei nº 93/82. de 6 de Novembro.

Por conseguinte, a concessão de serviços públicos a particulares, no caso de Santa Catarina, por exemplo, pode funcionar como um factor de afirmação do concelho e da cidade, destinando-se fundamentalmente a utilizar os recursos, a técnica e a produtividade da iniciativa privada em benefício da realização do interesse público. Para o efeito, empresas do concelho poderão ser promovidas no sentido de adquirir (...) e, desta forma, explorar actividades e/ou domínios de actividades anteriormente cometidos unicamente aos serviços públicos, podendo ainda ser, por concessão, ser cedido a privados gestão de bens do domínio público nas mais diversas áreas ou sectores de desenvolvimento.

De igual modo, alguns serviços camarários, nesta dinâmica de desenvolvimento do sector empresarial e no quadro da própria evolução da cidade e do concelho poderiam ser transformados em empresas públicas municipais como garantia de uma gestão mais eficaz e eficiente. Esta poderia ser uma opção a ser ponderada e considerada.

Assomada como cidade tornou-se uma realidade jurídica, há quatro anos atrás, o que é muito importante, na medida em que, com o centro urbano em plena expansão, é visitada e é passagem obrigatória para todos aqueles que, nacionais ou estrangeiros, se deslocam à ilha de Santiago “ Daí, a maior reivindicação deve ser esta: Assomada deve estar para Santiago, assim como Praia está para o país. Se esta reclama, e com razão, o custo de capitalidade, Assomada deve reivindicar o seu estatuto assumindo-se como *pivot* do desenvolvimento da ilha. Para que isso realmente aconteça, mais meios deverão ser afectados pela Administração Central e outros conseguidos da cooperação descentralizada e por outras vias...”²², pois que, mesmo sem a proclamação Assomada como cidade, ela existiria enquanto tal.

Portanto, uma das exigências para a afirmação de Assomada enquanto cidade passa pelo desenvolvimento da indústria e do comércio aliado à extensão cada vez maior da rede de comunicação, vias rodoviárias, em termos de qualidade, e rede de água e electricidade. Depende também essa afirmação da aplicação intransigente da lei, à

²² ALMADA, David Hopffer. in: *Nota justificativa da proposta de elevação de Assomada à categoria de cidade*, p. 2.

qual devem submeter-se a própria Administração, os munícipes, os visitantes e outros sujeitos sociais.

A aplicação do código de postura Municipal, a concepção e aplicação do Plano de Desenvolvimento Municipal (PGM), enquanto instrumento imprescindível de gestão municipal, a concepção, busca de funcionamento e implementação de projectos de desenvolvimento sectoriais, o exercício da função formativa e pedagógica e da função reprodutiva face as infracções em que a câmara Municipal deve envolver as Organizações Não Governamentais e grupos associativos no processo de desenvolvimento sócio-económico do Concelho proporcionando assim o bem-estar da sociedade santa-catarinense.

A afirmação da cidade de Assomada, como qualquer outra, deve passar necessariamente, a nosso ver, pela adopção e implementação de políticas que prevejam objectivos gerais intermédios e específicos em cada sector definidos com base na relevância dos factores, eixos estratégicos e prioridades, cujo grau de exequibilidade mensurável deve ser garantido a curto, médio e longo prazos.

Tendo em conta os pressupostos mencionados nos termos, do abrigo nº3 do artigo 4º do Decreto-lei nº 93/82, de 6 de Novembro, e no uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decretou o seguinte: “Artigo 1º. A vila de Assomada, sede da Freguesia do Concelho Santa Catarina, Ilha de Santiago, é elevada à categoria de Cidade”.²³ O artigo 2º do mesmo Decreto-Lei estabelecia que o mesmo entraria em vigor no dia 13 de Maio de 2001, tornando-se esta a data oficial da elevação da vila de Assomada à categoria de cidade.

Com a elevação de Assomada à categoria de cidade não só o Governo bem como a sociedade santa-catarinense deram mais um passo significativo na História de Santa Catarina e em particular de Assomada, e com isso, podemos constatar três momentos importantíssimos para Santa Catarina: Primeiro, o facto de ela ser em 1912 a Sede do

²³ Boletim Oficial da República de Cabo Verde. I Série. Nº7. 26 de Março de 2001. p.78.

Concelho de Santa Catarina, Segundo, em 1914 passou a ser a Vila de Assomada e terceiro em 2001 a mais nova Cidade de Cabo Verde.

Sendo assim, Assomada já tem reunido os requisitos necessários para o seu desenvolvimento uma vez que, sendo uma cidade, o que não quer dizer que não careça ainda de melhoramentos de muitas infra-estruturas bem como a situação social das camadas mais desfavorecidas do interior do concelho.

No entender de algumas pessoas, Assomada tem muito mais a dar do que já deu, isto porque, se formos ver na realidade praticamente os melhores quadros de Santa Catarina residem na Capital do País, embora dando um contributo valioso para o desenvolvimento de Cabo Verde seria uma mais valia se estivessem a desempenhar as suas funções no Concelho.

3.4. A cidade de Assomada e sua Implicação para o Desenvolvimento do Concelho

O desenvolvimento da cidade de Assomada deve ser visto como um *pivot* de desenvolvimento tanto do Concelho de Santa Catarina como de Cabo Verde na medida em que, se tivermos em conta a sua história, pode-se notar que, em 1834, a transferência da sede do concelho para a incipiente povoação dos Picos Achada Igreja contribuiu para desenvolvimento de infra-estruturas que na altura eram necessárias para a instalação e implantação de organizações administrativas. Mais tarde, em 1912, a transferência da sede do concelho de Tarrafal para Assomada que passou a ser passagem quase que obrigatória daqueles que circulam pela ilha de Santiago e, principalmente, os comerciantes e aqueles que, de uma forma ou outra, estão interessados em investir, uma vez que em termos económicos considera-se que, não obstante as dificuldades e a situação de pobreza duma certa camada social principalmente de pessoas das zonas rurais, mesmo assim o poder de compra dos santa-catarinenses é elevado. Apesar da situação de pobreza atrás referida, o poder de compra de uma franja não negligenciável dos santa-catarinenses é relativamente elevado e, sobretudo, nos dias de feiras e

mercados (Quartas-Feiras e Sábados), pode ser vista a movimentação económica e financeira, mediante o fluxo e refluxo de pessoas, bens e serviços.

Este desenvolvimento crescente não pode ser dissociado do facto de que Santa Catarina continua a ser o terceiro concelho mais populoso de Cabo Verde com “49.829 indivíduos” e atraindo de forma progressiva o investimento tanto por parte das instituições públicas como de investidores privados, cabendo aqui ressaltar os próprios naturais deste concelho²⁴.

Partindo da ideia de que Santa Catarina é um Concelho eminentemente rural, em que mais de 90% da população vive no campo e apresentando uma variedade de zonas agro-climáticas, não se pode pensar que o seu desenvolvimento passe apenas e/ou fundamentalmente pelo sector terciário, ou seja, pelo sector de serviços. Antes, deve-se ter em conta que “Santa Catarina tem grandes potencialidades nos domínios da agricultura, da pecuária, do comércio e serviços, da indústria agro-alimentar, das pescas e do turismo de natureza”²⁵.

Não obstante as potencialidades acima mencionados, Santa Catarina é um dos Concelhos com grandes carências nos domínios de infra-estruturas, água e saneamento básico, o que pode, certamente, inibir muitos investimentos, particularmente os privados. De facto, uma grande questão que se coloca tem a ver a integração do concelho através de redes de acessibilidades, bem como de infra-estruturas de base de suporte ao desenvolvimento de determinados sectores como a indústria e mesmo os serviços.

A visível afirmação da Cidade de Assomada e, por arrastamento do Concelho de Santa Catarina é, sem dúvida, resultado de maior entrega dos quadros, homens de negócios da diáspora santacatarinense, enfim dos filhos do Concelho, bem como dos poderes públicos.

²⁴ Instituto Nacional de Estatísticas. **Recenseamento Geral da População e Habitação**. Praia Cabo Verde. 2000. p.379.

²⁵ In: Santa Catarina, **Diagnóstico da Situação sócio-económica**. Junho de 2000. p.3.

A elevação da sede do Concelho, Assomada, à categoria de Cidade, a 13 de Maio de 2001, é neste processo um acontecimento de elevado sentido de oportunidade dos seus promotores e que colocou Santa Catarina bem posicionado no quadro das políticas de promoção do desenvolvimento regional e nacional. Está, pois, a cidade de Assomada em condições de garantir a complementaridade com outros pólos de desenvolvimento, particularmente com os Municípios do interior de Santiago e também com outras regiões de Cabo Verde, na sua assunção das funções de capitalidade num quadro estratégico de descentralização de poderes públicos e descongestionamento da cidade da Praia, capital do País.

Contudo, baseada numa assunção plena do seu presente e do futuro, o Plano Municipal do Desenvolvimento de Santa Catarina de 2001-2006, visa projectar o Concelho nos próximos 5 anos para um nível de desenvolvimento bastante satisfatório, com estradas de penetração às principais localidades do Concelho, sistemas de abastecimento de água, a electrificação rural, bem como o projecto de saneamento básico e infra-estruturas sanitárias o que poderá colocar Santa Catarina em condições sanitárias razoáveis. A construção do Hospital Regional de Santiago Norte e a implementação do Plano de Saneamento poderá vir a melhor de forma considerável o acesso das populações aos serviços sociais de base.

3.5 Formas de Governo

Para melhor administração dos concelhos em Cabo Verde de 1975 até 1990, foi aprovado o Decreto-Lei nº 5 de 1975 de 22 de Janeiro, publicado no suplemento ao B.O nº3, que confere competências ao Ministro da Administração Interna para dissolver os corpos administrativos e nomear em sua substituição Comissões Administrativas.

No mesmo ano, o Decreto-Lei nº 47, de 15 de Novembro, (cf. B.O nº20) regulamenta a nomeação do Delegado da Administração Interna e dos Secretários Administrativos. No caso de Santa Catarina desempenharam a função de Delegados do Governo entre 1975 e 1990: Flávio Carvalho, António Neves, Januário Fernandes, Duete Alcides Alfama, Aires Borges e o último foi Celestino Almada.

O Decreto-Lei nº 58 ainda do mesmo ano, de 13 de Dezembro, (cf. B.O nº 24) extingue as Comissões Administrativas criadas pelo Decreto-Lei nº 5 de 22 de Janeiro e cria em sua substituição outros órgãos de Administração Municipal como o Conselho Deliberativo e um Secretariado Administrativo.

Ainda pensamos que é importante fazer uma abordagem geral sobre a transição política que se verificou em Cabo Verde, uma vez que esta questão constitui um dos marcos importantes da História de Cabo Verde. Entende-se por transição democrática a passagem do Monopartidarismo ao Pluripartidarismo.

Este processo requer um conjunto de procedimentos, medidas e reformas, e pode abarcar um período relativamente curto ou longo dependendo da forma como for conduzido (se for brusca ou progressivamente).

Considera-se pelo menos três formas de transição democrática: negociada, imposta pela rua e concedida ou outorgada.

Relativamente ao caso cabo-verdiano somos de opinião que tenha havido uma transição negociada. O PAICV, partido no poder na época, desempenhou um importante papel no processo de transição, sobretudo ao facilitar a criação de um quadro institucional ajustado à realidade cabo-verdiana levando em conta a vontade de participação da sociedade e as diversas opiniões, o que terá contribuído, seguramente, para a criação de condições de igualdade de participação de todas as forças políticas e sociais no jogo político.

A tranquilidade do processo de transição no país e em particular em Santa Catarina deveu-se também, sem dúvida, ao facto de a chamada “ditadura de partido único” ter sido bastante “moderada” no nosso país, comparada com os verdadeiros regimes ditatoriais, ou com outros países africanos lusófonos (Angola, Moçambique, Guiné Bissau), com excepção de S. Tomé e Príncipe onde o regime foi mais violento que o nosso mas mais fraco em relação aos demais²⁶.

Na base do processo de transição do sistema político cabo-verdiano, deve-se ter em conta alguns factores ou condicionalismos internos e externos que proporcionaram a abertura democrática no referido país.

Nota-se que a partir de 1988 a classe dirigente cabo-verdiana estava ciente do difícil rumo que tomava a nossa economia e da necessidade de mudar.

Esta constatação é notória nas palavras de Pedro Pires, então primeiro-ministro, no seu discurso de cumprimento de Ano Novo ao Presidente da República, no qual dizia que as linhas de actuação do governo para o ano 1988 seriam: “reconhecer e tornar rentável o sector empresarial do Estado; e saber conjugar esse sector com a iniciativa privada, cooperativa artesanal ou outras que se mostrarem capazes de criar o máximo de emprego, gerir racionalmente a água de que dispomos e promover uma nova agricultura, adequar o ensino ao esforço de desenvolvimento; estabelecer políticas financeiras e fiscais que estimulem o investimento interno e externo; gerir com prudência a dívida etc.”²⁷.

A realização do IIIº Congresso do PAICV (de 25 de Novembro a 1 de Dezembro de 1988 na cidade da Praia), foi realizado sob o lema «num mundo em transformação, um partido para o futuro». Este evento político escolhido pelo PAICV para responder as questões que a nossa sociedade já colocava ou viria a colocar, foi esperado com muita expectativa e ansiedade já que era um momento privilegiado para traçar novos rumos.

²⁶ FERNANDES, Ermelindo Pereira. **Instauração do Pluripartidarismo em Cabo Verde**. Junho de 2001. p.16.

²⁷ CARDOSO, Humberto, **O Partido Único Em Cabo Verde**. Praia. 1993.

No referido congresso foram recomendadas importantes medidas no domínio político e económico que tiveram repercussões imediatas na mudança do sistema político.

Como se pode constatar, da realização do IIIº Congresso saíram várias decisões que não poderiam ser postas em práticas, a médio prazo, sem entrarem em contradição com o sistema político e económico vigente; daí, a necessidade da mudança no próprio regime.

Entretanto, só a 19 de Fevereiro de 1990, o PAICV, através do seu Conselho Nacional, saída do III Congresso, propôs à sociedade cabo-verdiana a passagem do Monopartidarismo ao Pluripartidarismo.

Neste momento, observa-se alguma tendência em ajustar o regime às aspirações da sociedade através da tomada de um conjunto de medidas tais como:

- Eliminação do monopólio do Estado nas operações que envolvem ouro e divisas;
- Abertura ligeira do sector bancário e segurador à iniciativa privada;
- Criação de uma instituição de apoio à promoção de exportação e do investimento -PROMEX.

De Fevereiro de 1990 às eleições legislativas de Janeiro de 1991, Cabo Verde foi palco de diversos acontecimentos importantes:

- O IV Congresso (extraordinário) do PAICV, realizado na cidade da Praia, de 25 a 28 de Julho de 1990, onde concretiza-se a ideia de uma revisão constitucional a ser realizada em Setembro como forma de tornar legal o processo de transição em curso.

É assim que, em Setembro, na IIIª legislatura da Assembleia Nacional Popular, através da revisão da Constituição o processo de transição é institucionalizado. Foi eliminado o artigo 4º da Constituição, retirando assim ao PAICV as prerrogativas legais de força política dirigente da sociedade e do Estado. Os artigos 64º, 66º, 67º e 68º foram modificados, alterando deste modo os poderes do Presidente da República. Este torna-se

um órgão independente, eleito por sufrágio universal, directo e secreto. E várias outras alterações entre os quais:

- Criação de leis das associações políticas.
- Aparecimento e/ou legalização de outras forças políticas.

O MPD, cuja declaração pública teve lugar a 14 de Março, portanto antes da aprovação da lei sobre as associações políticas, faz a sua legalização em 26 de Novembro de 1990;

A UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática), criada em 1977 e radicada principalmente no seio da comunidade cabo-verdiana dos Estados Unidos, faz a sua legalização como partido político a 4 de Outubro de 1990;

A UPICV (União para a Independência de Cabo Verde), surgida desde a época da independência e que era contra a união com a Guiné-Bissau, vai também fazer a sua legalização.

Faz-se um debate alargado sobre a reforma política em Cabo Verde.

Foi aprovado um conjunto de leis importantes referentes ao direito de antena e de resposta política, lei da revisão constitucional, leis eleitorais, entre outras.

Contrariamente ao que se pode pensar, a realização das primeiras eleições pluripartidárias não constitui o fim do processo. Porém, revestiu-se de um importante significado e é considerado o ponto mais alto do processo transitório democrático em Cabo Verde na medida em que o poder, de acordo com o conceito de democracia, emanou pela primeira vez das mãos do povo. Por outro lado, estas eleições constituem um facto histórico relevante na história política das ilhas, pois assinalam a passagem da Iª República à IIª República.

Foram realizadas 3 eleições no mesmo ano (1991), sendo a primeira, as Legislativas que tiveram lugar a 13 de Janeiro, a segunda, as Presidenciais ocorridas a

17 de Fevereiro e, por fim, as Autárquicas a 15 de Dezembro. Todas essas votações foram antecedidas de intensas campanhas eleitorais.

Estiveram frente a frente os dois maiores partidos, o PAICV e o MPD. Os outros partidos, a UCID e o UPICV, ficaram de fora devido a não apresentação atempadamente da documentação exigida no Supremo Tribunal de Justiça.

Relativamente ao caso das eleições autárquicas em Santa Catarina concorreram, às eleições, as duas maiores forças políticas, o Partido Africano da Independência, partido este no poder há 15 anos, e o MPD, partido emergente que simbolizava a mudança, e daí a grande aceitação popular.

A transição política, vivida em Cabo Verde não passou de forma despercebida em Santa Catarina, uma vez que as pessoas foram às urnas e votaram também em massa porque queriam a mudança e é nesta óptica que para as eleições autárquicas deram vitória ao candidato apoiado pelo maior partido da oposição (MPD).

Após a abertura política, à frente dos destinos de Santa Catarina já passaram várias personalidades como Presidente da Câmara Municipal: Celestino Almada, Pedro Freire, Moisés Monteiro, José Maria Neves e João Baptista Freire de Andrade, sendo este último o actual Presidente da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV – O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

4.1- Acesso à Terra: Formas e Regimes de Exploração

Como é sabido, as formas de exploração podem ser directas, semi-directas e indirectas. De entre as directas deve-se ter em conta que existe a exploração por conta própria, considerada ainda como forma directa por excelência. As semi-directas dizem respeito à posse útil de facto de terrenos do Estado e o comodato de terrenos de privados. As formas indirectas, distribuem-se pela renda, a parceria e o aforamento.

Em Santa Catarina predominam as formas indirectas de exploração da terra, tanto no sequeiro como no regadio em que a renda é a forma predominante, seguindo-se-lhe a conta própria, parceria e posse útil de jure.²⁸

²⁸ Câmara Municipal de Santa Catarina. **Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina. 2001-2006.** Praia. Agosto de 2002. p.46.

Quadro nº1 – Áreas totais de parcelas segundo a forma de exploração em %

Regime	Formas de exploração						
	Conta Própria	Parceria	Renda	Posse útil de jure	Posse útil de facto	Comodatos	Aforamento
Sequeiro	25	9	60	5	-	-	-
Regadio	29	21	46	5	0	0	0

Fonte: Recenseamento Agrícola 1988

Como podemos ver no quadro acima apresentado as outras formas de exploração não tem expressão.

Contudo, tal situação poderá ser explicada pelo facto de não haver investimentos nas parcelas por parte do agricultor, ao contrário do que acontece nas outras ilhas. Como a situação é precária não motiva o agricultor a investir em obras de conservação de solos, infra-estruturas de rega ou outras.

4.2 A Produção Agrícola e Silvo Pastoril

Santa Catarina possui um clima predominantemente árido e semi-árido, embora apresente zonas agro-ecológicas sub-húmidas e húmidas. Com existência de uma variedade de tipos de solos, a agricultura constitui a actividade económica mais importante dos santa-catarinenses, juntamente com a silvicultura, a pecuária e a pesca.

Predominam essencialmente dois tipos de cultura: a de sequeiro, com a produção consociada de milho, feijões diversos e congo e a de regadio em que se produzem essencialmente a cana sacarina, os tubérculos, as hortícolas e as fruteiras.

Devido ao clima de Cabo Verde, as precipitações apresentam uma grande aleatoriedade no tempo e no espaço, com incidência na produção agrícola. As secas periódicas constituem uma forte condicionante ao desenvolvimento do sector agrícola e de todo o processo de desenvolvimento do município. De igual modo, as vicissitudes pluviométricas fazem com que as áreas para a prática das culturas de sequeiro variem de ano para ano. Tal variação deve-se a diversos factores, nomeadamente o regime das chuvas, isto porque, elas caem durante um curto período do ano (Agosto a Outubro) e de forma irregular, a emigração e as migrações entre as ilhas e do campo para as cidades, bem como da maior ou menor segurança ao ano agrícola futuro.

Quadro nº2 . Evolução das áreas cultivadas de milho de 1987 a 1998 (em ha)

Áreas das parcelas cultivadas com milho											
1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
6.990	7.291	7.414	7.561	7.386	7.058	6.859	6.650	6.527	7.163	7.024	8.230

Fonte: Inquérito anual sobre a agricultura Campanha Agrícola 98/99

De acordo com o quadro acima nota-se que houve um aumento de áreas cultivadas de milho de 1987 a 1990 e a partir do 1991 houve uma diminuição até 1997 quando voltou a aumentar consideravelmente no ano 1998.

Quanto à evolução das áreas cultivadas de Congo, em Santa Catarina, de acordo com o gráfico nº1 em anexo, no ano 1989 a 1990, este tipo de feijão ocupava uma área de 5000 a 700 hectares; nos anos de 1991,1992 e 1996 nenhum hectare de terreno foi ocupado com o cultivo do congo; já de 1993 a 1994 foram ocupados de 3000 a 3900 hectares de terras, sendo que no ano 1995 foram ocupados terrenos superiores a 1000

hectares e inferior a 2000 hectares. Nos anos 1997 e 1998 foram ocupados terrenos inferiores a 2000 hectares. Tendo em conta a análise do gráfico é de salientar que 1990 foi o ano em que a produção do congo ocupou maior quantidade de terras, enquanto que em 1998 foi ocupada a menor parcela de terra em relação a todo o período em análise.

Relativamente à evolução das áreas cultivadas de feijões (ver anexo, gráfico nº 2), de 1987 a 1990, com excepção dos anos de 1989 e 1990 altura em que nenhum hectare de terra foi utilizado para o cultivo de feijões, houve um aumento de áreas cultivadas, com diminuição das áreas a partir de 1992 até 1995, sem esquecer que no ano 1994 também nenhuma área foi ocupada para produção de feijões. De 1996 a 1998 aumentou a área cultivada, com maior ocupação em 1998. Mas, no ano 1997, também não se ocupou nenhuma área para referido cultivo.

Em termos de áreas cultivadas por zona agro-climática e por tipo de culturas (em ha) de acordo com o quadro em baixo representado podemos notar que as culturas de sequeiro mais cultivadas no Concelho de Santa Catarina são: milho, congo e feijões.

Quadro nº3 . Áreas cultivadas por estrato climático e culturas (em ha)

Milho			Total milho	Congo			Total Congo	Feijões			Total feijões
Húmido	Sub- Húmido	S. Árido		Húmido	Sub- Húmido	S. árido		Húmido	Sub-Húmido	S. árido	
1717	5265	1248	8230	73	387	21	480	1700	5255	1248	8203

Fonte: Inquérito anual sobre a agricultura – Campanha Agrícola 98/99

O Recenseamento Agrícola de 1988 indicava como principais culturas de regadio os tubérculos (excluindo a batata comum), a cana-de-açúcar, a banana e as hortícolas.

Tendo ainda em conta os dados do Recenseamento Agrícola de 1988, as espécies frutícolas mais cultivadas no regadio eram a mangueira, o coqueiro, a papaieira e outras espécies não especificadas, e a tamareira.

Quadro nº4 – Números de pés de árvores de fruta por tipo

Papaeira	Coqueiro	Mangueira	Tamareira	Citrinos	Outras	Total
1.404	1.742	2.438	24	252	194	6.054

Fonte: Recenseamento Agrícola. 1988

Não estando disponíveis dados sobre as produções e rendimentos das culturas de regadio por concelho que permitissem avançar mais nesta análise e os dados que aparecem no diagnóstico sectorial sobre o Município de Santa Catarina são de âmbito nacional e não se referem detalhadamente por Concelho.

Para o sector silvícola, a situação de falta de dados constitui uma dificuldade maior em relação ao sector do regadio, isto porque, o Recenseamento de 1988 não contemplou este sector e não existem dados desagregados por Concelhos.

Ao fazermos referência sobre a agricultura no Conselho de Santa Catarina é difícil não referir a criação de gado uma vez que estas duas actividades contribuíram e contribuem para o seu desenvolvimento e, por outro lado, pode-se notar que em Santa Catarina praticamente todas as agregadas familiares que possuem uma parcela de terra também têm algumas cabeças de animais ou para o uso familiar ou para o comércio, destacando-se o caprino, suíno, bovino e ovino. Quando fizemos referência às famílias

que praticam a agricultura e criação de gado de mãos dadas é de salientar que nas zonas rurais é uma realidade incontestável.

Em Santa Catarina, os seus cerca de 8.230 ha de terrenos ocupados por culturas de sequeiro em 1998/1999, garantiram uma produção do milho de 588 toneladas e de 12,5 toneladas de feijões.

Se antes da criação do concelho de Santa Catarina, já se poderia falar no desenvolvimento do interior de Santiago, com a elevação de Assomada à categoria de vila o progresso foi mais notório em todos os domínios da vida social dos santacatarinenses. A prática da agricultura de sequeiro ou de regadio em Santa Catarina vem de longa data, não obstante as inúmeras dificuldades a ela inerente.

O Concelho de Santa Catarina tem sido um dos grandes fornecedores do país em produtos agrícolas seja através de produção própria seja no âmbito da comercialização através das feiras e mercados. Mas, no entanto, registou-se nos últimos anos uma baixa de produção tanto das culturas de sequeiro como de regadio. Esta queda na produção tem sido provocada por diversos factores, que diferem segundo as modalidades de cultura agrícola.

4.3- O Desenvolvimento da Pecuária

A pecuária, considerada um sector predominante de subsistência, constitui, por isso, uma actividade económica complementar, e que se caracteriza, até este momento e de forma quase generalizada, por uma fraca produção e produtividade que se deve a

factores de ordem estrutural, sócio-económica, aos sistemas tradicionais de criação, à escassez de recursos, a fragilidade do meio e a aleatoriedade do clima.

De acordo com os dados do Recenseamento Pecuário, realizado em 1994/95, foram inventariadas, em Santa Catarina, “612 unidades de exploração pecuária (UEP), sendo 99,88% (6,126) de carácter familiar, e 0.02% (1) carácter não familiar, 99.50% (6.089) com carácter de complementaridade e 0.50% (29) com carácter de exclusividade”²⁹.

À pecuária está reservado o papel de contribuir para a satisfação das necessidades da população em proteínas animais, geração de emprego e rendimentos complementares, produção de adubos para a agricultura e produção de matérias-primas para a transformação artesanal.

Em Santa Catarina, o desenvolvimento da pecuária em simultâneo com a agricultura é uma prática que desde sempre constitui uma fonte de rendimento familiar complementar principalmente para as famílias camponesas, na medida em que, de forma geral, cada agregado familiar possui algumas cabeças de animais como vacas, cabras, carneiros, burros e o cavalo, sendo que este último mais raramente se encontra.

No círculo mais estritamente familiar, as pessoas dedicam-se também à criação de porcos, galinhas e outras espécies de animais. Qualquer desses animais são indispensáveis ao equilíbrio sócio-económico familiar, uma vez que uns fornecem carne, leite e ovos que podem ser encontrados à venda no mercado local, melhorando a dieta alimentar, outros como o burro e bois constituem uma força de trabalho inestimável. Se os primeiros são utilizados no transporte de água, pessoas e ferragens, os bois constituem a força motriz no “trapichamento” de cana sacarina da qual se faz a aguardente e o mel. Quanto ao cavalo é criado pelas famílias mais abastadas por causa do alto custo de sua manutenção.

²⁹ Cf. Câmara Municipal de Santa Catarina. **Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina 2001-2006**. Praia. Agosto de 2002.

Embora ainda exista um número considerável destes animais, elas têm conhecido uma diminuição nos últimos anos, sobretudo por causa das secas. Não obstante o facto de muitas famílias manterem um considerável número de cabeças de gado, enfrentam muitos obstáculos para a sua criação, tais como a baixa qualidade das raças, a carência de pasto e a falta de assistência sanitária.

Nos últimos anos, algumas das dificuldades começaram a ser ultrapassadas, isto porque algumas famílias se organizaram em cooperativas de criação de animais, contando com a assistência sanitária dos técnicos ligados ao sector, bem como dos Serviços de Extensão Rural.

CAPÍTULO V – O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA

5.1 – Feiras e Mercados

“Quanto à origem das feiras e mercados devemos ter em conta que a “formação de excedentes de produção dos produtores acredita-se ser a principal causa da origem das feiras.”³⁰

Também partilhamos da mesma ideia, isto porque, é com as sobras de uns, contra as faltas de outros, é que houve a necessidade de intercâmbio de mercadorias, a princípio inter-grupos, sem a exigência de um lugar onde a busca de se conseguir as mercadorias que necessitavam é mais intensa. Na mesma óptica, pensamos que a existência das feiras e mercados foi uma solicitação natural de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem e neste contexto seria importante que se trocassem os excedentes em busca de outros produtos para os

³⁰ In: WWW.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/32.htm, p. 1.

quais não havia condições de produzir. Com isto, verifica-se a importância das feiras e mercados nos tempos modernos.

Entretanto, pode-se notar que as feiras e mercados em Santa Catarina são realizados, historicamente, às quartas-feiras e aos sábados. Ao nosso ver, achamos pertinente abordar esta questão porque é um factor importante do desenvolvimento sócio-económico do concelho. Por isso, ao longo do nosso trabalho iremos responder algumas perguntas que achamos ser pertinentes no desenvolvimento do referido estudo.

Nesta óptica, começaremos por interrogar sobre o seguinte: Porquê realizar as feiras e mercados às quartas-feiras e aos sábados?

Quanto à justificação dos dias não foi possível encontrar nenhum documento que pudesse ajudar a comprovar do porquê da realização das feiras e mercados às quartas-feiras e aos sábados, isto porque, após algumas investigações, acabamos por constatar que nem na Câmara Municipal nem noutras instituições, designadamente no Arquivo Histórico Nacional, existem documentos relacionados com esta problemática e, por outro lado, não existe bibliografia relacionada com as feiras e mercados em Santa Catarina.

Mesmo assim, na nossa opinião e em termos de hipótese pensamos que a realização das feiras às quartas-feiras e aos sábados tem raízes em tempos remotos isto porque, todas as quartas e sábados encontram em Santa Catarina, mais concretamente, em Assomada centenas de pessoas provenientes das mais diversas localidades do Concelho bem como das outras ilhas do arquipélago com vista a realizarem o comércio nas mais diversas da sua forma, uns comprando outros vendendo. A centralidade do concelho e da vila de Assomada em relação seja às principais localidades deste município seja dos municípios do interior de Santiago, por um lado, e a transacção comercial em dois dias estratégicos da semana (metade e fim de uma semana) poderão explicar a escolha. Não se pode esquecer que, sobretudo para os produtos agrícolas, facilmente perecíveis, a sua colocação no mercado consumidor é condição essencial de sucesso para o comerciante ou o agricultor.

Contudo, e retomando o que se afirmou anteriormente, não poderíamos perder esta oportunidade para darmos o nosso ponto de vista, dizendo que as feiras e mercados são realizados às quartas-feiras por ser ao meio da semana, daí a necessidade das pessoas adquirirem os produtos que já acabaram e mais outros que precisam e aos sábados, por ser o último dia da semana e no domingo as pessoas aproveitam o dia para realizarem as actividades religiosas.

Sendo o comércio a actividade de compra e venda de produtos com objectivo de obter lucros, as pessoas que realizam as feiras e mercados em Santa Catarina são residentes em Assomada e outros que vêm dos restantes localidades e concelhos da ilha de Santiago, nomeadamente de São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Santo Amaro de Abade, Santiago Maior, Nossa Senhora da Graça, bem como das restantes ilhas do país.

Os produtos utilizados comercializados nos dias de feira são variados e diversificados, podendo-se destacar os seguintes:

- **produtos artesanais e de cerâmica:** vários tipos de cestos e outros recipientes de carriço: potes, vários tipos de artigos de decoração das casas e em especial os vasos de plantas;
- **pescado variado,** com destaque para o atum uma vez que Assomada fica distante das zonas piscatórias e os outros peixes estragam mais rápidos;
- **bordados e rendas** utilizados na cozinha e na sala de jantar, toalhas de bandeja e artigos diversos;
- **produtos hortícolas:** alface, tomate, abóbora, salsa, mandioca, couve, repolho, pimento, cebola, alho, batata-doce, bananas (verde e maduro), papaias, pinhão;
- **calçados** (sandálias e calçados diversos);
- **ornamentos:** fios, pulseiras, brincos, anéis, ambos de ouro como também de prata;
- **utensílios de cozinha:** frigideiras feitos a mão;
- **produtos animais e seus derivados:** carne de vaca, porco, capado, galinha, como também a famosa língua.

5.2 - Mudanças e Evolução das Feiras e Mercados

Antes da construção do Mercado Municipal em 1931, as feiras e mercados, segundo consta no livro do Dr. Santa Rita Vieira intitulado “A Vila de Assomada” o comércio era realizado na zona de ”Cutelo” no sítio onde hoje se encontra o edifício do Matadouro Municipal. No entanto, os animais eram vendidos no local onde hoje se localiza o Banco Comercial do Atlântico (BCA) e uma “Pracinha”, à entrada da cidade, mais precisamente na zona de Portãozinho.

Mais tarde, houve a necessidade da construção de um edifício próprio para a realização das feiras e mercados. Com o crescente aumento das pessoas na prática comercial, o mercado municipal não conseguiu dar resposta ao fim para que foi criado, uma vez que todos os produtos de cerâmica, produtos artesanais, produtos hortícolas, calçados, vestuários, utensílios de cozinha eram vendidos no referido espaço. Com a chegada dos produtos importados em grande quantidade a partir de 1990 agravou ainda mais a situação.

Tendo em conta as situações acima mencionadas a partir de 1985 foi aberto na zona de ”Achada Riba” um mercado de animais afim de descongestionar a super lotação do mercado municipal, mercado esse denominado de “Piso” onde se pode vender todas as espécies de animais nomeadamente, vacas, cabras, touros, porcos e ovelhas.

Ainda em 1992, a fim de resolver o mesmo problema, entrou em funcionamento o mercado de “Sucupira”, destinado essencialmente à comercialização de vestuários e calçados de todos os tipos e estilos.

Com isso, pode-se concluir que ainda na “Sucupira” de Assomada não só encontram os produtos acima mencionados como também ornamentos de ouro e prata (fios, brincos, pulseiras e anéis).

Pode-se pois dizer que devido à expansão da actividade comercial em Assomada, do aumento dos vendedores e dos utentes, houve progressivamente a necessidade de uma certa especialização. O mercado antigo ficou destinado prioritariamente à comercialização de produtos alimentares, o Sucupira para os produtos manufacturados tanto nacionais como os importantes e o mercado de Piso para a comercialização de animais.

Devido à prática do comércio e tendo em conta a realização das feiras e mercados, Assomada tem hoje uma rede extensa e diversificada de casas comerciais comercializando produtos diversos e variados, cooperando centenas de comerciantes, retalhistas e mais de duas dezenas de importadores.

Hoje podemos constatar que, por causa da falta de trabalho, muitas pessoas preferem ir vender como uma forma de encontrar meios para o sustento da família em vez de trabalharem na casa dos outros. No entanto, para muitos daqueles que vendem há algum tempo existe uma preferência para outros tipos de ocupação, uma vez que para eles vender já não dá mais lucro. Afirma que o desemprego leva a que as pessoas não tenham dinheiro para comprar produtos de que necessitam. Por isso, pensam que, muitas vezes, estão a perder em vez de ganhar, com investimentos parados e sem a necessária circulação do *stock*.

A Câmara Municipal também é, para além dos próprios comerciantes, uma das beneficiárias das feiras e mercados na medida em que, nesses dias, deslocam-se ao mercado municipal, ao “Sucupira” e ao mercado dos animais “cobradores de portas” a fim de cobrarem impostos às pessoas que vão vender. Impostos_esses que constituem uma das importantes fontes de receitas para o Orçamento Municipal e, logo, para cobrir as despesas ou então para investimentos.

Actualmente os santa-catarinenses estão bem abastecidos com todos os tipos de produtos quer nacionais quer provindos do estrangeiro, isto porque, os “Rabidantes” e os importadores deslocam-se para outros países a fim de procurarem, produtos que satisfazem as necessidades da população tornando, assim, Assomada um dos maiores centros comerciais da ilha de Santiago.

5.3- Investimentos Públicos e Privados

Santa Catarina sempre teve um desenvolvimento considerável quando comparado aos outros concelhos, e em termos de investimentos públicos para o tão falado desenvolvimento foram construídos vários edifícios como a Enfermaria Regional, mandado construir pelo Governador João de Figueiredo em 1948 que queria introduzir em Cabo Verde o estilo português utilizado em edifícios residenciais.

Sendo Santa Catarina, um concelho vasto e com várias localidades dispersas, é da responsabilidade da Delegacia de Saúde de Santa Catarina, com sede na Vila de Assomada a prestação de serviços ligados à Saúde no Concelho.

É neste âmbito que foram construídos vários edifícios entre os quais: o Hospital Regional de Santa Catarina na década de 80 e inaugurado em 1993, o Centro de Saúde de Achada Igreja dos Picos remodelado em 1994 e 2000, o Centro de PMI/PF/PAV, situado na Vila de Assomada em 1984 e remodelado em 1997, o Posto Sanitário de Ribeira da Barca na década de 60 e remodelado em 1994, a Enfermaria Regional que substitui o primeiro Posto Sanitário de reduzidas proporções e que mais tarde foi ampliada com outras construções “ (para Maternidade, Pediatria, Postos de Consultas, Banco de Enfermaria...) ”³¹, em estilos diferentes e sem uma urbanização adequada. Ainda foram construídos mais nove (9) Unidades de Sanitárias de Base em várias

³¹ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. **A VILA DE ASSOMADA**. editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina. 1993. p. 25.

localidades a destacar: Chã de Tanque, Achada Lém, Rincão, Saltos Acima, Figueira das Naus, Mato Gêgê, Ribeirão Manuel, João Dias e Faveta.

No domínio da educação, todos os níveis de ensino são actualmente ministrados em Santa Catarina, do pré-escolar ao 12º ano de escolaridade, assistindo-se, neste momento, uma reivindicação para a introdução do ensino superior, seja no âmbito da Universidade de Cabo Verde (pública) seja no de iniciativas privadas ou particulares.

O ensino pré-escolar em Santa Catarina tem sido ministrado por diversas entidades tanto públicas como privadas e não governamentais em cinquenta e seis (56) jardins-de-infância, dois quais, “dezanove (19) pertencem à Câmara Municipal, dezassete (17) à Promoção Social, catorze (14) à Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), um (1) à Cruz Vermelha de Cabo Verde, um (1) à SOS e um (1) a uma entidade privada, cobrindo um total de 2.550 crianças, no ano lectivo 99/2000.”³²

De uma forma geral, existem dificuldades de funcionamento na maior parte dos jardins, isto porque enfrentam carências várias que se devem ao baixo salário das educadoras de infância, irregularidade no pagamento dos mesmos, fracos recursos financeiros disponíveis, ausência de um plano de formação, falta de material didáctico e mobiliário.

Para uma cobertura efectiva de todas as localidades do Concelho necessita-se de mais de 46 jardins-de-infância, para além da construção de novos jardins, bem como é necessário o alargamento e a melhoria dos já existentes.

Quanto ao Ensino Básico Integrado no Concelho existe um total de 23 pólos espalhados por várias localidades. A maior parte das localidades de Santa Catarina possui um estabelecimento do Ensino Básico Integrado (EBI), embora ainda existam situações difíceis provocadas pela orografia do Concelho e pelo crescimento populacional.

³² GM & Associados, Lda. **Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina 2001/2006**. Praia. Agosto de 2002. p. 58.

Ao nível de infra-estruturas existentes a nível de Ensino Básico Integrado, em 2000, “...funcionaram 206 salas de aula, sendo 167 pertencentes ao Estado, 14 cedidas e 25 alugadas.”³³

Esta distribuição mostra, claramente, que há ainda um grande congestionamento ao nível da capacidade de acolhimento e evidencia a necessidade de construção de mais salas de aula de forma a suprir as carências actuais do sector, o que se torna custoso por causa da dispersão geográfica do Concelho dificultando assim que a cobertura total seja mais difícil.

No que diz respeito ao nível do ensino secundário no Concelho de Santa Catarina devemos ter em conta que o ensino secundário sendo o complemento do ensino básico integrado também é vocação do Estado responder progressivamente à procura social da educação.

É neste sentido que com a generalização do ensino básico elementar em quase todo o Concelho leva a exigência também de ensino básico complementar o que acaba por traduzir numa grande procura do ensino secundário.

A crescente procura por parte daqueles que pretendem continuar os estudos, o elevado número populacional do Concelho de Santa Catarina, a situação geográfica no centro da ilha de Santiago e a decorrente acessibilidade para importantes zonas dos Concelhos de Tarrafal e Santa Cruz, é nesta óptica que “Manda o Governo de Cabo Verde, pelo Ministério da Educação e Cultura, o seguinte:

É instituído o Curso Geral do Ensino Secundário na Vila de Assomada, que funcionará a partir do ano lectivo 1985/86, no estabelecimento oficialmente designado por «Liceu de Santa Catarina» ”.³⁴

De acordo com os dados sobre a evolução do número de alunos do ensino secundário no ano lectivo 1999/2000, o número de alunos matriculados eleva-se a

³³GM & Associados, Lda. Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina. 2001/2006. Praia. Agosto de 2002. p. 62.

³⁴ Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Nº 35. 31 de Agosto de 1985. p. 571.

quatro mil e oitocentos (4.800), distribuídos pelas freguesias de Santa Catarina e São Salvador do Mundo. Pode-se notar ainda que o número de inscritos aumentou em relação ao ano lectivo 19998/99, aproximadamente 15%.

Quadro nº5 -Evolução do Número de Alunos do Ensino Secundário

Anos	Número de alunos	Crescimento absoluto	Crescimento Relativo (%)
1998/99	4.178	-	-
1999/2000	4.800	622	14,8

Fonte: Célula Estatística do GEP/MED

Os dados do quadro acima reflectem a situação de um sistema educativo em expansão com uma certa incidência ao nível do secundário, o que nos leva a pensar na possibilidade de construção de mais um liceu em Santa Catarina a fim de colmatar a constante procura dos estudantes do Concelho e não só.

Em termos de Ensino Técnico, Santa Catarina dispõe de uma Escola Técnica com excelentes condições de acolhimento dos alunos, tanto em termos de estrutura física, como de equipamentos. Mas, mesmo assim, ela se encontra subaproveitada, tendo em conta as suas potencialidades e a enorme carência de mão-de-obra qualificada em todos os níveis. Neste sentido, para uma maior rentabilização da Escola Técnica de Santa Catarina, é aconselhável a sua transformação numa Escola Técnica Polivalente e Regional, com o alargamento de oferta para a formação nas mais diversas áreas, não só em termos de novas ofertas formativas, mas também em termos de novos públicos-alvo, nomeadamente os jovens à procura do primeiro emprego e activos.

Vários outros investimentos públicos foram canalizados para Santa Catarina e que serviram para construção de vários edifícios como o mercado municipal, a enfermaria, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, das Finanças, os Correios, o Comando da Polícia de Ordem Pública (POP), Polivalente Desportivo, remodelação do espaço onde passou a ser denominado de “Museu da Tabanca” anteriormente Finanças e Correios, e o Banco Comercial de Atlântico.

Relativamente aos investimentos privados, os poucos dados existentes não nos possibilitam fazer um estudo aprofundado, mas mesmo assim são elementos importantes que tomamos como referência. Neste sentido, de acordo com os dados do 1º Recenseamento Empresarial de 1997, estavam sedeadas em Santa Catarina 560 empresas, o que corresponde a 8,3 % das empresas activas existentes no país.

Das empresas existentes em Santa Catarina 541 estavam registadas em nome individual, 12 eram sociedades por quotas, 2 eram Sociedades Anónimas de Responsabilidade Limitada (SARL), e 4 eram empresas cooperativas.

As empresas acima mencionadas dedicam-se a actividades económicas nos domínios do comércio a retalho, restauração, bar e cantinas, hotelaria, carpintaria e marcenaria, construção civil, de entre outras.

Em termos de volume de emprego, o total de postos de trabalho criados pelas empresas foi de 1.331 em que 791 são ocupados por homens e 549 são ocupadas por mulheres.

A construção civil, hotelaria, restauração, pistas para confecção de blocos, aluguer de viaturas, comércio entre outros são considerados como investimentos que contribuem para o desenvolvimento do concelho.

5.4. Contribuição no contexto nacional

O desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina no contexto nacional deve ser vista, numa perspectiva crescente, na medida em a sua situação geográfica no coração da ilha de Santiago fez dela uma localidade importante, sobretudo do ponto de vista histórico se tivermos em conta as revoltas de escravos, a transferência da Sede do Concelho da Ribeira Grande (actual Cidade Velha) para incipiente povoação dos Picos, as sucessivas mudanças da sede do Concelho que ora estava em Achada Igreja (Picos),

Achada Falcão, Assomada e Tarrafal, a elevação de Santa Catarina a Concelho, a transferência da sede do Concelho de Tarrafal para Assomada e o facto mais recente que tem a ver com a elevação de Assomada à categoria de cidade facto, toda esta dinâmica que culmina com Assomada como cidade demonstram a sua importância no contexto global do país.

De igual modo, quando se relaciona o desenvolvimento de Santa Catarina com os outros Concelhos, a sua análise pode ser feita e comparada principalmente nos sectores da agricultura, pecuária/ criação de gado e o comércio, embora este último tem mostrado que Santa Catarina poderá atrair mais investimentos por parte daqueles que residem no Concelho ou noutras paragens tanto no país ou no estrangeiro, uma vez em que não obstante as situações de pobreza, o poder de compra dos santa-catarinenses é bem notório.

Às quartas-feiras e sábados chegam ao concelho pessoas que se deslocam aos locais de venda tendo em conta as duas vertentes do comércio: uns vão adquirir produtos ou bens de que necessitam, enquanto outros deslocam-se no sentido de ir vender os produtos ou bens por eles produzidos ou para serem revendidos.

Na nossa óptica, podemos ainda perspectivar que com o ritmo que Santa Catarina está desenvolvendo, poderá atrair para o Concelho novos serviços para descongestionar a concentração da grande maioria dos serviços administrativos e não só na capital do país.

Graças ao desempenho e dinamismo dos santa-catarinenses, Santa Catarina está se transformando num concelho em desenvolvimento económico e social, granjeando destaque no todo nacional. Contudo, a continuação desse processo, para além dos investimentos públicos, só poderá ser assegurado com mais e melhores oportunidades de vida para todos, mediante a criação de um clima propício ao investimento, à contribuição dos conterrâneos na diáspora e noutros pontos do país e que devem contribuir e aceitar o desafio de criação riquezas no concelho.

CAPÍTULO VI – MIGRAÇÕES

6.1- Causas

Na abordagem das migrações deve-se ter em conta que elas poderão ser entendidas, “por processos de deslocação provocadas pelo conflito Este-Oeste, sobretudo depois da Segunda Guerra mundial, mas também por contradições e disparidades entre o Norte e Sul, com um transvasamento irresistível de populações da periferia para o centro do sistema atraídas pelas condições económicas ou de trabalho mais atraentes do mundo capitalista...”³⁵.

Sendo assim, podemos concluir que embora sempre houve migrações uma vez que o homem sempre deslocou no espaço em função das suas necessidades, com a prática da agricultura e a consequente fixação do homem num determinado território, as dificuldades do quotidiano e a procura de melhores terrenos bem como espaços mais propícios para a prática da agricultura contribuíram para que as migrações tivessem outras dimensões, ou seja, a deslocação das pessoas aumentou de forma considerável em todas as regiões do mundo, sobretudo após a Segunda Guerra mundial.

³⁵ MONTEIRO, César Augusto. *Comunidade Imigrada: Visão Sociológica: O Caso da Itália*. Praia. Edição do Autor. 1997. p. 135.

Relativamente ao caso de Cabo Verde, situada numa faixa de clima de tipo semi-árido, sujeito às influências da região do Sahel e, consequentemente, com um regime muito irregular de chuvas, o problema das migrações sempre se colocou de forma bem visível.

Partindo do pressuposto de que se trata de um arquipélago com uma economia débil, essencialmente agrícola e de sobrevivência, conjugada com um elevado índice demográfico, estes factores vão influenciar a sua forte emigração.

Quanto a Santa Catarina, para além dos factores acima mencionados podemos ver que estão na base dos fluxos migratórios várias causas que também são causas da emigração cabo-verdiana e que podem ser esquematizadas da seguinte forma:

a) REPULSIVA – problemas relacionados com frequentes e prolongadas crises provocadas pela irregularidade de chuva que conduz à esterilidade do solo e a cíclicas épocas de crise e com consequências catastróficas, tornando ainda a economia mais débil, isto porque, estamos a tratar de uma economia que se assenta numa agricultura de subsistência e artesanal, numa pecuária ainda incipiente e numa indústria quase inexistente. O elevado crescimento demográfico é uma outra causa da repulsão isto porque Santa Catarina tem uma densidade populacional bastante elevada. Não obstante, podemos acrescentar como outra causa, a sanção social para indivíduos que depois de terem cumprido penas que terão manchado o bom-nome dos seus familiares pretendem afastar-se da respectiva área de residência.

b) ATRACÇÃO – a procura de melhores condições de vida nos países hospedeiros, bem como o espírito de aventura por parte das pessoas de Santa Catarina e, quiçá, do povo da ilha.

Como causas atractivas, aparecem a procura de melhores condições de vida, como já referimos, que se situa no espaço correspondente ao desenvolvimento. Assim, verifica-se a fuga da população de um espaço economicamente pobre e densamente povoado, com destino a outras regiões que lhes proporcionam conforto, bem-estar e segurança, países esses que, por sua vez, têm necessidade de mão-de-obra.

c) **COMUNICAÇÃO** – o peso da tradição o que nos leva a referir sobre a emigração histórica, isto porque desde muito cedo o posicionamento estratégico do arquipélago, situado no cruzamento das principais rotas marítimas que ligam a Europa à África a as Américas, privilegiando Cabo Verde como ponto de apoio à navegação tanto na época dos descobrimentos, como por ter sido um dos vértices do triângulo do tráfico escravagista e mais tarde um importante centro de abastecimento de combustíveis durante a época da navegação a carvão.

6.2. Consequências

As consequências das migrações para Santa Catarina é que, à procura de melhores condições de vida, continua a sair do concelho um número considerável de indivíduos com destino ao exterior, mais concretamente para os países da Europa, como são os casos de Portugal, França; Holanda, Suíça e agora com uma certa tendência para os E.U.A.

Embora os períodos de seca constituem um elemento acelerador do processo migratório, acabam também por ter influência directa nos desequilíbrios estruturais, sobretudo na vertente económica, isto porque, melhorando a situação económica, os emigrantes passaram a adquirir terras, a investir no comércio e, de forma particular, na construção civil, mais concretamente na construção de casa própria e para arrendamento. Ainda, podemos levar em conta um facto importante para muito chefes de famílias que hoje dependem muito do investimento dos emigrantes. Referimos a indivíduos que trabalham exclusivamente na construção civil, como operários.

A emigração constituiu para muitos santa-catarinenses uma das possibilidades para a aquisição de terras, bem como uma oportunidade de um trabalho assalariado que lhes permitisse assegurar a sobrevivência, bem como da família.

“A amplitude do fenómeno migratório no tempo e no espaço, não deixa de ter efeitos, tanto a nível social como económico”³⁶.

No nosso ponto de vista, concordamos com a citação acima na medida em que a emigração no Concelho a nível social, para além do desequilíbrio que provoca entre os sexos, reduzindo a relação de masculinidade, uma vez que a maioria das pessoas que emigra, são os jovens e os chefes de família, na sua maioria, homens deixando assim a educação dos filhos sobre tutela das esposas. Ainda, devemos ter em conta que a saída do Concelho com destino a outros países de muitos jovens em idade activa, contribui para o envelhecimento da população

A questão do fenómeno migratório não deixa de ter um significado económico porque implica custos monetários importantes, uma vez que significa um investimento a longo prazo e que vai implicar num fluxo de benefícios distribuídos no tempo. É sem dúvida que em Santa Catarina os investimentos dos emigrantes têm um destaque particular nomeadamente na construção civil, ou seja, a construção de casa própria.

O fenómeno emigratório, para além de gerar uma corrente positiva de divisas, isto é, com a entrada de divisas e remessas, traduzida num aumento directo do poder de compra das famílias e indirectamente do resto da população, diminui o desemprego.

Embora as remessas possam promover o desenvolvimento, um facto importante não é, em regra, levado em conta. A saída do Concelho, com destino para os outros países, daqueles que estão em idade activa constitui uma perda de capital humano, bem como traduz-se no enfraquecimento das estruturas familiares, no abandono de actividades agrícolas ou artesanais que exigem competência, força física ou presença massiva em certa época do ano.

As migrações internas ou internacionais podem ser vistas como um factor acelerador da mobilidade social, com possibilidade de ascensão social e é neste âmbito que os emigrantes preocupam em afirmar perante os seus conterrâneos e sua primeira preocupação é de elevar o seu *status* social. Por isso, pensamos que na procura de

³⁶ ANDRADE, Elisa Silva. **As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)**. Paris. Éditions L Harmattan. 1996 p.199.

atingir um novo *status* social, os emigrantes acabam por contribuir para o desenvolvimento do Concelho, enviando remessas aos familiares, bem como acabam por construir habitações que podem servir como fonte de rendimentos.

6.3. Impacto no desenvolvimento do concelho

Quando se faz referência ao desenvolvimento do concelho de Santa Catarina é imprescindível referirmos ao impacto dos emigrantes na economia da país e em particular no desenvolvimento de Santa Catarina uma vez que as receitas enviadas pelos emigrantes aos familiares continua a ter uma grande importância.

Para além das remessas enviadas aos familiares por parte dos emigrantes deve-se ter em conta que em Santa Catarina os emigrantes desempenham um papel relevante sobre tudo em participarem de uma forma especial no sustento de várias famílias, por outro lado, quando fazem o investimento na construção civil, serviço este que acaba por empregar um elevado número de mão-de-obra e sobretudo os mais jovens ou aqueles que estão na idade activa, daí vários chefes de famílias trabalham na construção civil e no referido Concelho os emigrantes investem muito na construção das suas habitações bem como na reabilitação das mesmas.

Com a criação de condições básicas como a electrificação, o planeamento urbano com o intuito de garantir o descongestionamento de Assomada e conduzir a um desenvolvimento urbano adequado, futuros investimentos privados serão mobilizados, de entre os quais os dos emigrantes. Neste sentido, as zonas de expansão da cidade, tais como Achada Falcão, Achada Lém, Ribeirão Manuel, Achada Galego e Nhagar verão aumentados projectos de investimento. De igual modo, Achada Igreja, nos Picos, conhecerá uma nova dinâmica resultado, tanto de sua elevação à categoria de vila e sede

do concelho de Picos como do factor sinérgico que resulta do desenvolvimento de Assomada.

O desenvolvimento das referidas localidades contribuirá, por um lado, para um desenvolvimento equilibrado do Concelho e, por outro, acabará por descongestionar a cidade de Assomada e novos pólos de atracção de investimentos emergirão.

CONCLUSÃO

A realização do trabalho permite-nos avançar com as seguintes conclusões:

Para o desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina, embora sendo um dos maiores Concelhos de Cabo Verde, a iniciativa de Manuel António Martins em transferir durante a época colonial a sede do Concelho da Ribeira Grande (actual Cidade Velha), mesmo sem que houvesse a aprovação Régia para incipiente povoação de Achada Igreja, contribuiu para o desenvolvimento do Concelho e do interior de Santiago, bem como favoreceu a construção de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento.

As mudanças sucessivas da sede do Concelho que ora fora Achada Igreja, Assomada, Achada Falcão, São Miguel e Tarrafal, acabaram por beneficiar Santa Catarina uma vez que Assomada a partir de 1912 passou a ser sede do Concelho por causa das inúmeras vantagens que apresentava em relação ao Tarrafal como: boas estradas que facilitavam a comunicação com a Praia (capital da província), da qual dista 40 quilómetros e servido por uma boa estrada que passa por regiões importantes como Picos, Órgãos e São Domingos e, como porto, podia contar com a de Ribeira da Barca a 16 quilómetros, onde fundeavam embarcações de pequeno e grande calado, sendo também o porto da escala da empresa nacional de navegação que fazia a carreira Lisboa – Guiné -Cabo Verde.

A ascensão de Assomada à categoria de vila, não descarta a ideia de que a referida medida foi importante, uma vez que rapidamente tornou-a no coração do concelho e em certas épocas o seu rápido crescimento fez dela a área urbana mais populosa do país, na medida em que desde sua fundação Assomada conheceu um desenvolvimento constante, particularmente no domínio agrícola e comercial.

Na base da elevação de Assomada da Categoria de Vila à Cidade a 13 de Maio de 2001 estão os pressupostos de carácter histórico, económico e político. Contudo, devemos entender que a elevação de Assomada a categoria poderá ser uma possibilidade de atracção de investimentos para o Concelho e o interior de Santiago.

A elevação de Assomada à categoria de cidade deve ser visto como *pivot* do desenvolvimento de Santa Catarina e a sua visível afirmação é, sem dúvida, resultado de maior entrega dos quadros, homens de negócios, da diáspora santacatarinense, enfim dos filhos do Concelho.

Para melhor administração do concelho de Santa Catarina, por um lado, foram nomeadas comissões administrativas, delegados e secretariados administrativos, bem como foi criado o conselho deliberativo e secretariado administrativo e, por outro lado, várias personalidades estiveram à frente dos destinos de Santa Catarina como presidentes da Câmara Municipal.

De entre as várias formas de exploração da terra, directa, em Santa Catarina predominam as formas indirectas, tanto no sequeiro como no regadio, em que a renda é a forma predominante, seguindo-se-lhe a conta própria e a parceria.

Relativamente à produção agrícola destaca-se, na agricultura de sequeiro, as culturas de milho, congo e feijões, enquanto que na agricultura de regadio predominam como principais culturas, os tubérculos, a cana-de-açúcar, a banana e as hortícolas, mas também podem ser encontradas as espécies frutícolas como a mangueira, o coqueiro, a papaieira e outras espécies não especificadas, e a tamareira.

No contexto nacional, o concelho de Santa Catarina tem sido o maior fornecedor de produtos agrícolas para o país, em quantidades elevado, embora nos últimos a produção tem se verificado baixa nas produções tanto das culturas de sequeiro como nas de regadio.

O desenvolvimento do sector pecuário no concelho de Santa Catarina, é considerada de subsistência pela sua fraca produtividade por causa de factores de ordem estrutural, sócio-económica e climático. Várias famílias que praticam a agricultura também fazem a criação de gado que serve como uma fonte complementar de rendimento. (revisto)

Quanto à realização das feiras e mercados ela iniciou como resultado da produção de excedentes. No caso de Santa Catarina não se sabe o porquê da sua realização às quartas-feiras e sábados, na medida em que não existe nenhum documento relacionado com as feiras no Concelho.

O Mercado Municipal (Pelourinho), a “Sucupira” e o Mercado de Animais (Piso) são os principais centros comerciais da região nos dias de feiras e mercados.

Quanto aos investimentos públicos e privados no concelho deve-se ter em conta que foram construídos, o Centro de Saúde de Achada Igreja dos Picos, o Centro de PMI/PF/PAV, situado na Vila de Assomada, o Posto Sanitário de Ribeira Barca, a Enfermaria de Assomada, ainda foram construídos mais nove (9) Unidades de Sanitárias de Base em várias localidades, liceu de Santa Catarina, escola técnica, várias escolas primárias e jardins-de-infância, bem como a esquadra da polícia de ordem pública entre outros. Várias empresas se encontram localizadas no concelho num total de 560 que prestam serviços úteis para o desenvolvimento do concelho, mas também encontra em Santa Catarina outros investimentos importantes como pistas de blocos, restauração, aluguer de viaturas e comércio.

O desenvolvimento do concelho de Santa Catarina no contexto nacional deve ser visto, sobretudo nos domínios da agricultura e comércio. Contudo, a continuação desse processo, para além dos investimentos públicos, só poderá ser assegurado com mais e melhores oportunidades de vida para todos, mediante a criação de um clima propício ao investimento.

Relativamente às migrações, várias são as causas das mesmas a destacar: as repulsivas, as atractivas e a comunicação.

As migrações contribuem numa forma especial para o desenvolvimento do concelho de Santa Catarina, sobretudo quando analisado sob ponto de vista económica, na medida em que permite, a entrada de divisas no país através das remessas enviadas pelos emigrantes aos familiares, por outro lado, os emigrantes fazem o seu investimento na construção civil, serviço este que emprega um número elevado de mão-de-obra no concelho.

Que neste trabalho fez-se uma abordagem do tema quase que na generalidade, sem contudo entrar demasiado em pormenores, por isso, apela-se aos outros colegas para uma reflexão mais aprofundada dum tema que merece ser actualizado com frequência, mesmo o autor pretende noutras oportunidades retomar o tema e aprofundá-lo.

Bibliografia

Academia das Ciências de Lisboa. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Editorial Verbo. 2001.

A Constituição de Cabo Verde. 1980,1992.

AMARAL, Diogo Freitas. Curso de Direito Administrativo. Coimbra. Editora Livraria Almedina.

ANDRADE, Elisa Silva. As Ilhas de Cabo Verde: Da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975). Paris. Editions L'Harmattan. 1996.

CAHEN, Michel, Arquipélago da alternância; A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. in: Revista Internacional de Estudos Africanos. nºs 14 -15. Lisboa. Janeiro – Dezembro de1991.

Câmara Municipal de Santa Catarina, Plano Municipal do Desenvolvimento de Santa Catarina 2001/2006. Praia 2002.

CARDOSO, Humberto, O Partido Único em Cabo Verde, um assalto à esperança. Praia, Fevereiro de 1993.

FERNANDES, Ermelindo Pereira, Instauração do Pluripartidarismo em Cabo Verde. Junho de2001.

FURTADO, Cláudio Alves, A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança – Santiago de Cabo Verde. Praia. Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco. 1993.

Governo da Província de Cabo Verde, Boletim Oficial. nº18 de 4 de Maio de 1912.

Governo da Província de Cabo Verde, Boletim Oficial. nº20 de 18 de Maio de 1912.

Governo de Cabo Verde, Boletim Oficial da República de Cabo Verde. nº35 de 31 de Agosto de 1985.

Governo de Cabo Verde, Boletim Oficial da República de Cabo Verde. nº7 de 26 de Março de 2001.

LIMA, Aristides, A Reforma Política em Cabo Verde, Praia, Edição do Autor, Janeiro de 1991.

LOPES, José Vicente, Os Bastidores da Independência, Praia, Spleen edições, 2002.

MADEIRA Santos, Maria Emília (Org.), História Geral de Cabo Verde, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Tropical/ Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2ª edição, 2001.

MONTEIRO, César Augusto, Comunidade Visão Sociológica Caso da Itália, Praia, Edição do Autor, 1997.

Partido Africano da Independência de Cabo Verde, III Congresso, Praia, 25 de Novembro a 1 de Dezembro de 1988.

Partido Africano da Independência de Cabo Verde, IV Congresso (Extraordinário), Praia, 25 a 28 de Julho de 1990.

SILVA, António Leão Correia, O processo cabo-verdiano de transição para a Democracia, 1997.

VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita, A VILA DE ASSOMADA, Praia, editado pela Associação dos Amigos de Santa Catarina, 1993.

Anexos

